



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

KARINE FERREIRA BARBOSA
MARIA DE LOURDES SANTOS NETA

**O OLHAR DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL FRENTE ÀS
ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE
MUNICIPAL DE MACEIÓ: um relato de experiência do estágio supervisionado.**

Maceió
2019

KARINE FERREIRA BARBOSA
MARIA DE LOURDES SANTOS NETA

**O OLHAR DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL FRENTE ÀS
ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE
MUNICIPAL DE MACEIÓ: um relato de experiência do estágio supervisionado.**

Artigo científico apresentado como exigência
parcial para a conclusão do Curso de Pedagogia
do Centro de Educação da Universidade Federal
de Alagoas.

Orientador: Eraldo de Souza Ferraz.

Maceió
2019

KARINE FERREIRA BARBOSA
MARIA DE LOURDES SANTOS NETA

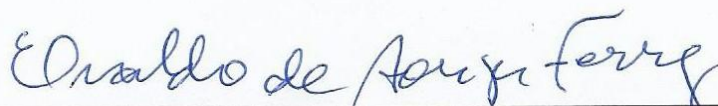
**O OLHAR DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL FRENTE A
ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
DA REDE MUNICIPAL DE MACEIÓ. UM RELATO DE
EXPERIÊNCIADO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.**

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

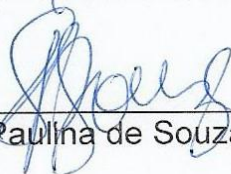
Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 03/05/2019.

Orientador: Prof. MSc. Eraldo de Souza Ferraz

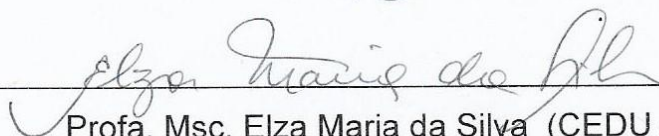
Comissão Examinadora



Prof. MSc. Eraldo de Souza Ferraz (CEDU – UFAL)



Profa. Dra. Silvana Raulina de Souza (CEDU – UFAL)



Profa. Msc. Elza Maria da Silva (CEDU – UFAL)

O OLHAR DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL FRENTE ÀS ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE MACEIÓ: um relato de experiência do estágio supervisionado

Karine Ferreira Barbosa (UFAL)
karinefb85@gmail.com

Maria de Lourdes Santos Neta (UFAL)
lourdes.marianeta22@gmail.com

RESUMO:

O presente artigo busca compreender como as Orientações Curriculares para a Educação Infantil da rede Municipal de Maceió repercutem na prática do professor da educação infantil. O estudo combina pesquisa teórica e de campo, realizada no campo do estágio supervisionado numa escola da rede municipal partindo do seguinte problema de pesquisa: as orientações curriculares para a Educação Infantil adotada na rede municipal de Maceió repercutem na prática de ensino dos/as professores/as em sala de aula? De princípio, realizamos um levantamento teórico acerca dos documentos que norteiam a Educação Infantil que antecedem as Orientações Curriculares da Rede Municipal de Maceió e centralizamos nossa atenção no olhar do professor frente a esse documento. Por último, analisamos a atuação na prática do professor em seu cotidiano com as crianças a partir do suporte fornecido pelas orientações. O documento OCEI caracteriza-se como um conjunto de conceitos e princípios norteadores das práticas pedagógicas de todas as instituições de educação infantil vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Maceió.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Professor. Orientações Curriculares para a Educação Infantil. Prática de Ensino.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho buscamos fazer uma reflexão sobre a prática docente diante dos novos desafios que surgem durante a trajetória de atuação de um professor. O trabalho é baseado em uma vivência do estágio em educação infantil, o estágio II faz parte do quadro de disciplinas obrigatórias do 7º período do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Para além das experiências vividas, o artigo é fundamentado nos documentos que regem a educação brasileira e mais especificamente a educação no município de Maceió. A análise se faz necessária por percebemos uma linha tênue de diferença na formação entre professores que atuam na área a mais tempo e dos professores que chegaram recentemente de suas formações acadêmicas.

A pesquisa é de cunho qualitativo no formato de relato de experiência e tem como objetivo, analisar e descrever como as Orientações Curriculares para a Educação Infantil na rede Municipal de Maceió foi recebida por professores de um dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) da capital. Compreender quem são esses professores é de fundamental importância para que se tenha uma dimensão do impacto que um documento norteador pode causar em diferentes contextos.

A busca pela temática se deu ao observarmos como ideias diferentes sobre como se trabalhar com crianças da EI podem atingir diretamente um grupo e criar rupturas nos processos de ensino-aprendizagem. Vale salientar que inerente aos “fazer achados” e principalmente acima deles, estão os documentos que devem ser respeitados como direcionamentos para o desenvolvimento do trabalho com crianças.

Diante dessa discussão nos questionamos e tentaremos responder a seguinte pergunta: as orientações curriculares para a Educação Infantil adotada na rede municipal de Maceió repercutem na prática de ensino dos/as professores/as em sala de aula?

2 A EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA

No Brasil, a educação pública passou por várias transformações durante décadas, no qual a pré-escola não possuía um caráter formal. A educação infantil nem sempre teve lugar destaque na formação da criança pequena. Surgiu como uma instituição assistencial que tinha como objetivo atender as necessidades da criança e em alguns aspectos ocupar o papel da família.

O atendimento às crianças de 0 a 6 anos em instituições especializadas tem origem com as transformações sociais e econômicas, causadas pelas revoluções industriais em todo o mundo. Com a constituição de 1988, a criança foi posta no lugar de sujeito de direitos e a educação infantil foi inserida no sistema de educacional, definindo creche/pré-escola como um direito da família e dever do Estado em oferecer esse serviço.

A Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB 9.394/96) em seu artigo 29 caracteriza a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, o que representa um marco histórico para essa modalidade de

educação. O artigo ainda reforça que a educação infantil deve ser complementar a atuação da família, tendo como finalidade o desenvolvimento pleno da criança em todos os seus aspectos, sendo eles, físico, psicológico, intelectual e social. Ao que consta nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil “a criança é um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas vivenciam e constroem sua própria identidade, e a partir da brincadeira aprende, observa, experimenta, e constrói conhecimento”. (DCNEI 2010, p.12).

Desta forma, a primeira infância marca as primeiras rupturas na vida de uma criança. É um momento no qual sua cognição se expande rapidamente e precisa constantemente de estímulos externos, e para isto, se faz necessário que as propostas curriculares para a Educação Infantil sejam pensadas a partir de uma perspectiva que se adeque a questões que estejam interligadas ao universo e meio social que a criança esteja inserida. Assim as crianças poderão desenvolver suas habilidades e aptidões considerando os elementos fundamentais para o seu desenvolvimento pleno.

Essa fase de desenvolvimento infantil é também segundo Carvalho (2012), o processo de construção de identidade e de cognição que se integram mutuamente. Digamos que a EI seja o alicerce que cuida das bases, da formação da pessoa, em sintonia com o fato de que antes de se constituir como um sujeito que conhece, esse sujeito precisa constituir-se como pessoa. (ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE MACEIÓ 2015, p.114).

No âmbito das práticas pedagógicas, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil orientam que os espaços educacionais em que as crianças estão inseridas, em conjunto com o professor, devem criar procedimentos para o acompanhamento do trabalho pedagógico e do desenvolvimento das crianças, tendo sempre como eixos norteadores a interação e a brincadeira (DCNEI 2010, p. 29). Nesse sentido as DCNEI trazem como base experiências que:

Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança; Ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;

Possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar; (DCNEI 2010, pág. 25)

Há um grande sentimento cada vez maior que algo está errado com o nosso sistema de educação. As crianças vão à escola para serem preparados para o mundo real que está mudando muito rápido, mas nossas escolas não mudaram muito por centenas de anos. O atual sistema de educação foi concebido na era industrial, principalmente para gerar operários fabris e a mentalidade da era industrial era de produção e controle de massa. Valores da era industrial ainda permanecem nas escolas, onde as crianças nada mais fazem do que seguir instruções impostas pela instituição de ensino, visto que eram instruídas e não educadas.

2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL NA ATUALIDADE EM MACEIÓ

No contexto das práticas pedagógicas as Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Maceió nos propõem que tais práticas assegurem às crianças a

(...) sentir-se à vontade para interagir, para revelar suas curiosidades, demonstrar seu espanto, formular seus conceitos, que podem se manifestar da inteligência intuitiva da criança, bem antes de vir a acontecer o conhecimento oriundo da racionalidade. É esse o caminho do aprendizado de uma autonomia relativa de toda criança, sobre a qual o professor continuará tendo uma grande responsabilidade. (ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE MACEIÓ 2015, p.19).

O professor tem um papel determinante no processo de desenvolvimento e construção dos saberes, para tanto, é preciso que se compreenda o seu papel enquanto mediador desse processo. tais orientações propõe um desafio para os professores que já atuam na educação infantil da rede municipal de Maceió, o de sair de sua zona de conforto e dividir o espaço de paridade com a criança, criando assim uma relação de equilíbrio na interação adulto-criança/criança-adulto. Ao tratar dessa relação as autoras afirmam:

As teorias, os fundamentos pedagógicos podem oferecer ao educador um roteiro, uma pista para sua aproximação das crianças, mas nada substituirá o encontro com os universos infantis. Para uma prática educativa que pretenda respeitar o tempo da infância, é fundamental olhar as crianças, os movimentos dos grupos; um olhar disponível, receptivo, que vê e ouve além do aparente e se abre para acolher suas

buscas, seus achados, suas descobertas. (ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE MACEIÓ 2015, p. 174).

Há que se compreender que o professor que já atua na área passa por um processo de desconstrução, afinal, foram anos trabalhando de uma maneira diferente da que está proposta nas orientações. Desse modo, nosso olhar nesta pesquisa será voltado para a compreensão de como o professor recebeu o desafio de repensar a sua prática.

Nos dias de hoje, o ser criança não mudou em relação ao conceito de criança de tempos atrás. O que mudou foi a visão da sociedade que percebe a criança como ser de direitos, que tem vez e voz. Vivemos em uma sociedade na qual grandes mudanças estruturais e sociais no universo da educação ocorrem de maneira acelerada, e tanto a escola quanto o professor precisam se adequar e repensar a maneira como o ensino é realizado. Cabe ao professor ser um facilitador do processo de ensino-aprendizagem, mas sem deixar de seguir um planejamento e a grade curricular ofertada, ministrando por meio de modelos criativos de ensino.

A LDB de 1996 também é bastante enfática ao estabelecer a participação docente na elaboração do planejamento escolar, bem como determina que o planejamento do professor adeque-se à realidade vivenciada pelos discentes.

3 RELATO DA EXPERIÊNCIA

Apesar de outros documentos já direcionarem uma forma de fazer na educação infantil, as *Orientações Curriculares* foram recebidas por alguns professores atuantes na rede municipal, como um desafio. A proposta de currículo ampliado e até a relação adulto-criança, em determinados momentos foram postos em questão pelos educadores. Nesses momentos, podemos compreender o quanto uma cultura impacta diretamente nas ações das pessoas, pois historicamente a educação foi regida por um modelo de escola disciplinador e metódico e a educação infantil não se desvinculou desse modelo, apesar de ser uma modalidade mais recente, sendo considerada como parte do ensino básico só a partir da emenda constitucional 59, “1 - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos dezessete anos de idade, assegurada inclusive sua oferta

gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (NR)” (Emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009).

Durante o processo de observação, tivemos acesso a professores que em sua maioria, apesar de serem pedagogos, passaram por processos de formação diferentes. Ao tempo em que alguns viriam recentemente da vida acadêmica, seja pela primeira graduação ou até de mestrado ou doutorado, outros já exerciam a profissão em outros espaços de atuação. A questão é que em meio a um grupo de professores com perfis formadores diferentes, o peso para aceitação de um novo modo de fazer, parece-nos se tornar mais leve para quem vem recentemente da academia. Compreender o papel do professor em outra perspectiva do fazer pedagógico pode implicar também em outro processo de desconstrução interna. Nesse sentido, Haddad (2015) esclarece o papel do professor e do gestor na implementação das Orientações Curriculares:

Aos educadores e gestores escolares cabe traduzir essas orientações, sendo a criança, sempre, sua principal inspiração. Por outro lado, o professor é o grande mediador entre a criança pequena e a sua realidade. Ele é intérprete pedagógico de suas necessidades, de seu desenvolvimento afetivo e cognitivo, conhecedor de sua realidade social e multicultural, de sua situação familiar. (ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE MACEIÓ 2015, pág 15)

Ao relatar as experiências vivenciadas, salientamos que o lugar ocupado por nós estudantes, foi o de observadores da prática pedagógica, não de auditores, e apesar de termos base teórica de estudos inclusive das próprias orientações, procuramos não fazer juízo de valor em cima da atuação dos profissionais envolvidos.

3.1 CONTEXTO GERAL DA INTERVENÇÃO

A experiência que aqui será relatada foi vivenciada em um Centro de Educação Infantil da rede municipal de Maceió que atende a crianças da creche e da pré-escola. A instituição fica localizada em um bairro periférico da cidade, no entanto, segundo relatos da gestora da instituição o público alvo não é predominantemente classe baixa, existe uma mistura de público por atender a grupos sociais distintos, desde moradores da região até famílias de servidores da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O centro de educação infantil é consideravelmente novo na cidade, de sua criação até o período do estágio supervisionado teria um pouco mais de 2 anos na região, não tendo ainda seu registro próprio, é uma instituição vinculada a outra escola municipal por seu terreno não pertencer a prefeitura de Maceió. Nessa condição, a escola não recebe recurso direto, sua receita provém da atuação conjunta com outra escola para que os recursos sejam direcionados. O terreno em que o CMEI foi construído pertence á UFAL, por tanto, o centro só poderá ter registro próprio se a universidade fizer a doação do terreno para a prefeitura.

A base docente que iniciou o trabalho no CMEI foi de professores aprovados em um processo seletivo de contrato temporário pela prefeitura de Maceió. Com a base montada no seu princípio de organização, a coordenação pedagógica conseguiu criar um equilíbrio de ideias acerca de como se dariam os processos teórico-metodológicos da instituição. A escola tem em sua perspectiva uma base pensada no modelo de abordagem educativa *High Scope*. Esse modelo também serviu de base para a construção das Orientações Curriculares para a educação infantil da Rede Municipal de Maceió.

O modelo *High Scope* teve seu surgimento nos Estados Unidos, em meio a uma discussão sobre o que causaria o mal desempenho das crianças no processo de aprendizagem na escola, nesse contexto os apontamentos de erros eram direcionados exclusivamente aos ambientes sociais em que as crianças estavam inseridas fora da escola. Até que David Weikart, fundador da Fundação *High Scope*, chama atenção para a escola como possível *locus* do problema. Fundamentados nos estudos de Jean Piaget e John Dewey, a pesquisa discorre sobre a idéia de que a aprendizagem para ser significativa, a priori, precisa ser ativa, numa perspectiva de que a criança tem capacidade de fazer escolhas, compreendendo-a enquanto sujeito pesquisador.

A aprendizagem ativa refere-se às experiências diretas e imediatas que as crianças vivenciam e das quais tiram significado por meio da reflexão, construindo um sentido de mundo cada vez mais elaborado. A crença na atividade infantil constitui o eixo central para a ação educativa, assim como a concepção de criança competente e plena de potencial. O conceito de aprendizagem ativa fundamenta-se, teoricamente, na filosofia de educação progressiva de John Dewey e no construtivismo de Jean Piaget, embora grande parte das premissas do currículo esteja assentada no que há de melhor na tradição da educação infantil. (ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A

Baseado nesses princípios, a coordenação do CMEI investiu em sua equipe pedagógica com formações e estudos direcionados tendo como um de seus pressupostos a abordagem High Scope, desde os princípios de planejar, fazer e rever, até a ideia de organização de tempo e espaço. A equipe de professores (a escola substitui o termo professor, por educador de referência) que vivenciou e abraçou essa proposta, foi desestruturada pelo fim dos contratos de 2 anos.

Com a reorganização do quadro de educadores, novas expectativas e olhares sobre a educação infantil se encontraram em um mesmo espaço. Parte do grupo de educadores foi substituído por outros que haviam passado no concurso público e assim, criou-se uma nova situação onde as ideias nem sempre divergiam. E é para esse contexto que o nosso olhar se volta.

3.2 VIVÊNCIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A vivência do estágio aconteceu em uma turma de maternal 2, com crianças entre 3 e 4 anos de idade, no centro de educação infantil, aqui já supracitado. A turma em questão foi uma das afetadas pela mudança de professores, o que ocasionou uma mudança significativa na rotina do grupo pois, a turma em si, passou por uma readaptação, uma vez que, a nova professora expressava uma visão da educação infantil avessa a da professora que havia se desligado do grupo. Estivemos no Centro de Educação Infantil por 2 meses, sendo dividido entre 2 dias por semana, contabilizando os dias em que porventura não foi possível realizar as atividades de estágio, totalizam 10 dias entre observação e aplicabilidade do projeto de intervenção.

No primeiro dia de intervenção acompanhamos a adaptação da nova professora, ela já atua na rede pública de Maceió acerca de 11 anos, e se mostrou bastante inquieta com as diferenças que encontrava em relação a sua atuação e a dos professores veteranos do CMEI. Em determinados momentos ela verbaliza suas inquietudes e de forma clara relatava o choque que passava ao vivenciar as duas experiências.

Segundo a professora, as crianças tinham muita liberdade na escola, o que para ela caracterizava a turma como desorganizada, por vezes assistimos episódios em que as crianças ao saírem da sala eram chamadas para conversar sobre a importância de se pedir a autorização da professora ou de outro adulto responsável para realizar as idas e vindas e de que a obediência era uma questão importante e deveria ser respeitada naquele espaço. Sobre a compreensão dos direitos da criança, Haddad (2015) afirma que:

Há pouco debate sobre a aplicação dos direitos da criança relacionados à educação infantil, no Brasil. No entanto, é particularmente importante que os profissionais da educação infantil se assegurem de que os princípios da CDC sejam compreendidos e implementados nas instituições em que trabalham. Muitas vezes os direitos da criança são compreendidos como uma maneira permissiva de atribuir poder e controle às crianças, os quais são retirados do poder dos adultos (pais e outras figuras de autoridade, como, por exemplo, os professores). Mas essa compreensão precisa ser superada. Um caminho é o devido entendimento do termo empoderamento, associado à educação tal como apresentado no Comentário nº 1 e reiterado no Comentário nº 7 pelos respectivos comitês das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. (ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE MACEIÓ 2015, pág. 67)

Outro fato que nos chamou a atenção foi de as crianças terem como costume chamar a professora pelo seu nome, o que é uma prática da própria escola, que inclusive faz substituições de alguns termos utilizados nas escolas por termos que a escola considera mais adequada para o convívio com o grupo. A professora da turma discordava dessa prática, quando a questionamos sobre o motivo da discordância ela justifica argumentando que o tratamento por senhor ou senhora é uma forma de evidenciar quem está na ponta superior numa hierarquia e hierarquias existem para serem respeitadas. Seguindo sua linha de raciocínio ela passou a corrigir as crianças quando a chamavam pelo nome. O que vai de encontro ao que está proposto nas orientações no que se refere a lugar do professor diante da criança:

Ir ao encontro da criança é permanecer atento às propostas e aos interesses das crianças para fomentá-los, motivá-los, criar um ambiente que propicie a ação e a experimentação, para planejar e desenvolver projetos e atividades que ampliem, progressivamente, as experiências das crianças. (ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE MACEIÓ 2015, pág 174)

No decorrer das observações percebemos uma professora focada em estabelecer regras e a criação de uma rotina. No 4º dia de observação ela nos relatou que teria dificuldade de entender a “cultura brincante”, pois segundo ela, as crianças precisam ter horários específicos para brincadeira e momentos de aprendizagem, em outro relato sobre a turma em que ela atua em outra escola ela diz que lá as crianças brincam e nem por isso deixam de seguir as regras.

Com o passar do tempo, a professora que até aqui se mostra arredia ao um modo de fazer educação infantil diferente do que ela considerava correto, pôde conhecer e entender um pouco mais a fundo quais são as proposições estabelecidas nas Orientações Curriculares. Ao tempo em que no fim do nosso estágio aparentava estar mais aberta para a compreensão e buscava ler mais sobre a temática, em meio a uma conversa conosco ela disse estar começando a entender a proposta da escola. Infelizmente a experiência do estágio acabou antes que pudéssemos acompanhar se houve uma mudança de perspectiva de fato.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a ação de intervenção juntos com as crianças, orientadas pela professora, podemos perceber o quanto é evidente a necessidade de que para além dos documentos norteadores, sejam ofertadas e estimuladas pelo Estado formações continuadas para os professores que já compõem a base da educação como um todo. A experiência vivenciada junto as professoras, e o acompanhamento de suas ações, levaram a considerar a importância da formação continuada para os professores. Mas, vale lembrar que a formação continuada não é a única solução para todos os embates da educação infantil. É considerada de fundamental importância para as transformações das práticas pedagógicas e das concepções de muitos educadores.

É preciso que se amplie o olhar desses professores para as novas possibilidades de atuação. Um professor que não compreende como se colocar enquanto mediador das interações com as crianças, pode deixar sequelas gravíssimas para a educação, principalmente na educação infantil, onde ainda andamos a passos lentos no processo de construir espaços onde as crianças sejam respeitadas enquanto agentes ativos desses processos. Este professor

deve estar aberto para as mudanças ocorridas no sistema educacional, adaptando-se ao novo, trabalhando com a criatividade e com os valores humanos. Portanto, o professor ao qual necessitamos é aquele que busque ampliar sua visão de mundo para o saber, construindo de fato esse conhecimento.

De outro modo, o professor que atua na educação infantil em Maceió tem o aporte teórico necessário para que se repense sua atuação e que estimule o desenvolvimento das crianças que atendem. No pouco tempo que passamos pela experiência do estágio, pudemos ter uma visão de como as Orientações Curriculares repercutem na vida do professor, alguns professores que já tem um estudo direcionado na mesma perspectiva demonstraram tranquilidade e abertura para compreender e pôr em prática os direcionamentos e mesmo os professores mais resistentes reconheceram a necessidade de se debruçarem sobre as Orientações para poder compreendê-las e ampliar seus olhares e rever suas práticas.

Na universidade o debate é vivo e atuante sobre as novidades vindas do campo da pesquisa, e isso é de fato muito positivo para desenvolver um trabalho significativo que alcance além de seus muros. Como acontece durante o processo do estágio, onde nós estudantes podemos aprender sobre a prática e compartilhar os debates que estão sendo fomentados no meio acadêmico.

Por fim, é necessário que tanto os professores que já atuam na área, quanto nós enquanto estudantes repensem e alisem se sua atuação está de acordo com as normativas que direcionam o trabalho com crianças da educação infantil, para que talvez um dia não nos deparemos com uma educação infantil tão deturpada. O desejo de uma educação pública gratuita e de qualidades deve estar presente nas ações de toda a população, mas essencialmente de quem atua na área.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil.** Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/programa-curriculo-em-movimento-sp-1312968422/legislacao>

>

Acesso em 10 abr. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>>

Acesso em 10 abr.2019.

BRASIL. **Referencial Curricular Para a Educação Infantil.** Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 2002. vol 3.

Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>

Acesso em 10 abr. 2019.

CARVALHO, A. M. A.; PEDEROSA, M. I.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. **Aprendendo com crianças de zero a seis anos.** São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação: Educação Infantil)

DOURADO, A; HADDAD, L. **Orientações curriculares para a educação infantil da rede municipal de Maceió.** ed. Edufal: Maceió, 2015.

UNESP. **A trajetória da educação infantil no Brasil.** Produção: Instituto Advento. Duração de 19 minutos e 49 segundos.16 ago. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=StpeXn5lqio&t=694s>> Acesso em: 12 abr. 2019.

UNIVESP. **Na íntrega - Lenira Haddad - Abordagem high/scope.** 04 fev. 2010.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RWpC9_TvTDM> Acesso em: 12 abr. 2019.